

## OUTRAS POLÍTICAS: ÉTICA, ESPIRITUALIDADE E COMUNIDADE PARA ALÉM DOS LIMITES DAS IDENTIDADES

Hugo Allan Matos<sup>1</sup>

**Resumo:** Este ensaio propõe uma reflexão crítica sobre a necessidade de se construir "Outras Políticas" a partir da realidade latino-americana, rompendo com as amarras do sistema-mundo moderno/colonial. O texto denuncia a cooptação das lutas, essencializando as identidades, o que as torna identitárias, pelo multiculturalismo liberal, dinâmica que reduz a libertação estrutural e comunitária a nichos de consumo individual. Analisa-se como a racionalidade neoliberal e a teologia da prosperidade esvaziam a verdadeira espiritualidade, preparando o terreno afetivo e subjetivo para o avanço de projetos autoritários como o bolsonarismo. Esses fenômenos são lidos sob a chave da categoria de branquitude, especificamente de alguns de seus aparatos, como o esvaziamento ontológico da Técnica, a lógica da inimizade e a conversão do consumo em ritual espiritual. Em contraposição, defende-se uma práxis decolonial amparada na Filosofia da Libertação. Ao resgatar o horizonte do Bem Viver dos Estados Plurinacionais, o poder obediencial ("mandar obedecendo") e as bases semitas e proféticas do cristianismo primitivo, o artigo aponta para a superação da abstração do indivíduo burguês em favor de uma ética da libertação que recoloca a comunidade no centro da existência.

**Palavras-chave:** Filosofia da Libertação; Pensamento Decolonial; Poder obediencial; Espiritualidade política; identitarismo liberal.

## OTHER POLICIES: ETHICS, SPIRITUALITY, AND COMMUNITY BEYOND THE BOUNDARIES OF IDENTITIES

**Abstract:** This essay proposes a critical reflection on the need to build "Other Politics" based on the Latin American reality, breaking with the constraints of the modern/colonial world-system. The text denounces the co-optation of struggles by liberal multiculturalism—essentializing identities, which renders them identitarian—a dynamic that reduces structural and communitarian liberation to niches of individual consumption. It analyzes how neoliberal rationality and prosperity theology empty true spirituality, preparing the affective and subjective ground for the advance of authoritarian projects such as bolsonarismo. These phenomena are interpreted through the lens of the category of whiteness, specifically some of its apparatuses, such as the ontological emptying of the Technique, the logic of enmity, and the conversion of consumption into a spiritual ritual. In opposition, it advocates for a decolonial praxis supported by the Philosophy of Liberation. By rescuing the horizon of Good Living (Bem Viver) of the Plurinational States, the obediencial power ("rule by obeying"), and the Semitic and prophetic bases of primitive Christianity, the article points to the overcoming of the abstraction of the bourgeois individual in favor of an ethics of liberation that places the community back at the center of existence.

**Keywords:** Philosophy of Liberation; Decolonial Thought; Obediential power; Political spirituality; Liberal identitarianism..

### Começo de prosa

---

<sup>1</sup> Doutor em Filosofia (UFABC), Mestre em Educação (UMESP), Pós-graduado em Filosofia e História Contemporâneas, Graduado em Filosofia (PUCPR-UMESP) e Pedagogia (FPSJ). E-mail para contato: hugo.allan@gmail.com ORCID:<https://orcid.org/0000-0002-2843-5079>

Este tema é denso, espinhoso, exige um espaço de diálogo democrático, e proseando com teorias, autoras e autores diversos, de diversas teorias. Diálogo este que não será possível aqui estabelecer, mas apenas apontar sua necessidade. Então, o objetivo deste artigo é um convite à prosa, mostrando a necessidade de conversarmos sobre isso, fugindo do academicismo, mas sem cair na banalidade, conservando a profundidade conceitual necessária à abordagem.

As práticas políticas brasileiras que podemos conceber em geral como progressistas e em particular de esquerda nestas duas últimas décadas (2000-2020) contribuíram para um avanço da consciência ética em relação às especificidades da constituição do povo brasileiro e a necessidade de combate a muitos mecanismos de opressão, especialmente étnicos<sup>2</sup> e de gênero. Não cabe aqui neste espaço demonstrar o quanto estas práticas estão conectadas a uma reorganização do modo de produção capitalista no mundo e portanto, em consonância com um avanço da consciência ética mundial. Mas tentarei situar a questão.

Entendo como consciência ética, a forma de pensar dos povos que reivindicam reconhecimento de sua humanidade, denunciam mecanismos de morte e lutam por ampliação das condições necessárias para viver. Consciência esta que, necessariamente surge das lutas particulares de povos que sentem a opressão e contra ela se insurgem, notadamente, na cultura hegemônica ocidental, destacam-se as lutas dos povos indígenas e negros, o que chamo de lutas étnicas. E muito fortemente destacam-se as lutas das mulheres e da população LGBTQIA+, o que chamo aqui de lutas de gênero. Este avanço da consciência ética mundial provoca, contudo, uma reação tão violenta quanto sofisticada do poderio hegemônico da branquitude e do capital. O sistema compreende que não pode simplesmente esmagar essas insurgências através da força bruta como fazia no passado; sua estratégia principal passa a ser a cooptação e a assimilação. O mercado não mede esforços em absorver a estética dessas lutas para esvaziar a sua potência ética e política, operando uma perversa transmutação: substitui a

---

<sup>2</sup> A categoria que aqui utilizo: étnica, inclui a demarcação política de raça, mas vai além, no sentido cultural, espiritual-ancestral, alteridade econômico-material, social-institucional etc.

demanda histórica por libertação material, simbólica-espiritual e comunitária por um projeto de mera 'inclusão de indivíduos'.

Nessa lógica do multiculturalismo liberal – que podemos chamar de identitarismo liberal -, a pessoa oprimida ganha o direito de representatividade e a permissão para consumir e ser explorada sob a mesma chave opressora. As identidades, forjadas historicamente na dor e na resistência comunitária para denunciar o sistema, acabam transformadas em nichos de consumo. Quando a estrutura hegemônica promove a ascensão de poucos “indivíduos” que se percebem excluídos, sem alterar um milímetro das bases de produção e de poder, ela não está cedendo; ela está mantendo e alargando a extensão dos poderes instituídos. Cria-se, assim, a ilusão de um avanço social que, na prática, pacífica a indignação e diminui drasticamente a possibilidade de ameaças revolucionárias e de verdadeiras reformas estruturais.

### **A espiritualidade e o bolsonarismo**

Ao contrário do que muitos tentam caracterizar, não acredito que Bolsonaro seja burro, incapaz etc. Sua atuação política não iniciou agora e durante estes mais de 20 anos sua atuação -e de seus familiares - ridícula como parlamentar não explicita os círculos de poder criados fora da política institucional, quais hoje estamos conhecendo com muita força. Estes círculos orgânicos foram conquistando ao logo deste período adesão popular, ainda que pequena a princípio, sem sombras de dúvida esta adesão explode a partir do papel que tiveram no golpe da presidenta Dilma Rousseff em 2016, onde provavelmente Bolsonaro foi escolhido pelo capitalismo internacional para ser o próximo presidente da República.

O Bolsonarismo é constituído por uma série de fatores complexos que se simplificarmos, tentando facilitar a leitura, dificultamos a possibilidade de sua superação, por isso, importa uma leitura ampla e complexa<sup>3</sup> do fenômeno que foi construído desde o início

<sup>3</sup> Fiz uma possibilidade de leitura em: MATOS, Hugo A. Uma leitura da extrema direita e do bolsonarismo: reflexão sobre o texto de Adorno. YouTube, 15 mar. 2024. 1 vídeo (2h 02min 14s). Vídeo sobre o texto "A teoria freudiana e o padrão da propaganda fascista", de Theodor W. Adorno. Disponível em: [https://www.youtube.com/watch?v=ag\\_x7Zba\\_8Y](https://www.youtube.com/watch?v=ag_x7Zba_8Y). Acesso em: 5 abr. 2026.

da década de 2000, quando a América Latina celebra uma Primavera Política<sup>4</sup>, elegendo governantes de esquerda numa ascendente dos movimentos social-populares contra o Neoliberalismo.

O primeiro fator já exposto é este: Bolsonaro foi escolhido pelo capitalismo internacional. E sim, é o capitalismo que escolhe quem será presidente eleito nos países em que a economia hegemônica é capitalista<sup>5</sup>. A segunda grande característica é: não se elege um presidente sem apoio e voto. As estratégias de subjetivação, ou seja, de trabalhar as subjetividades das pessoas para que votassem e apoiem Bolsonaro e o bolsonarismo são amplas, diversas e complexas. Desde a já conhecida manipulação das mídias sociais, o que é demasiado complexo em si, pois trabalha com psicologia avançada, separando perfis psicológicos e alimentando seus comportamentos... mas importa muito dar a devida atenção à organicidade do neopentecostalismo e de algumas igrejas cristãs em geral que trabalham diariamente esta tarefa.

É preciso lembrar que o neopentecostalismo foi criado nos Estados Unidos com o objetivo específico de combater à espiritualidade da Teologia da Libertação (e outras como a teologia da Missão Integral, Teologia do Povo etc.) quais auxiliaram nas lutas contra as ditaduras militares na América Latina e começaram a espalhar-se pelo mundo. Ao contrário da Teologia da Libertação que compreende a salvação e a emancipação como processos históricos e comunitários, indissociáveis da superação da miséria imposta pelo eixo centro-periferia, o neopentecostalismo hegemônico opera fundamentalmente através da Teologia da Prosperidade e da Teologia do Domínio. Essa matriz religiosa sequestra a angústia material das pessoas trabalhadoras e hiper individualiza a vida: tanto a culpa pelo fracasso quanto o mérito pelo sucesso passam a ser de responsabilidade exclusiva da pessoa. A bênção divina torna-se mensurável pela capacidade individual de consumir e acumular, esvaziando por completo a percepção das violências e desigualdades estruturais.

<sup>4</sup> Enrique Dussel explica esta primavera em seu texto: DUSSEL, Enrique. 20 teses de política. 1. ed. Buenos Aires: CLACSO; São Paulo: Expressão Popular, 2007. Disponível em: [https://docs.enriquedussel.com/txt/Textos\\_Libros/56.20\\_Teses\\_politica.pdf](https://docs.enriquedussel.com/txt/Textos_Libros/56.20_Teses_politica.pdf). Acesso em: 5 abr. 2026.

<sup>5</sup> Poderia citar centenas de livros consagrados que tratam do tema, mas apenas três: DOS SANTOS, Theotônio. Teoria da dependência: balanço e perspectivas. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000. ; MACLEAN, Nancy. Democracy in chains: the deep history of the radical right's stealth plan for America. Nova York: Viking, 2017. (Nota: Referência da edição original em inglês, pois não possui edição consolidada com tradução direta no Brasil). ; KLEIN, Naomi. A doutrina do choque: a ascensão do capitalismo de desastre. Tradução de Vania Cury. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2008.

O que ocorre, portanto, é a substituição de uma espiritualidade libertadora por uma lógica empresarial da fé. Essa cooptação da dimensão profunda do ser humano prepara o terreno psicológico e subjetivo perfeito para a assimilação acrítica da racionalidade neoliberal. É exatamente essa captura do sentimento de desamparo que fornece a base orgânica e afetiva de massas para o avanço de projetos autoritários de extrema direita, como o bolsonarismo.

A Teologia da Libertação surge na década de 1950-1960 a partir de uma leitura histórica de que o mundo está dividido em centros e periferias. Paralelamente surgem as Teorias da Dependência, Pedagogia da Libertação, Filosofia da Libertação, Economia da Libertação etc. Novas formas de pensamento e de ciências com métodos próprios, quais podemos remontar uma tradição passando pelo século XIX com as discussões nomeadas “libertação mental” quando nas lutas por liberação de Portugal e Espanha já estavam tematizando a necessidade de libertação cultural além da política-econômica. E não para aqui. Desde a invasão europeia, há uma tradição teórica e prática ininterrupta na América Latina de resistência aos domínios, tradição esta geralmente encoberta porque no Brasil estamos de “frente para a Europa e Estados Unidos, de costas para a América Latina”.

Ou seja, há um processo de domínio e colonização cultural muito intenso e específico, qual geralmente chamamos de eurocentrismo. Mas o eurocentrismo (branquitude, modernidade, globalização...) ocorrem de formas muito específicas aqui na América Latina, com particularidades no Brasil. A espiritualidade é um campo em disputa constante, desde a invasão. Mas, importante perguntar-nos: o que é a espiritualidade? E por que é tão importante na política?

A espiritualidade não é a religião. Como bem analisam autores e autoras renomadas, esta é a dimensão da profundidade e complexidade humana. A dimensão da espiritualidade é aquela que nos faz propriamente seres humanos. É a que transcende nossa dimensão físico-biológica, e é chamada também de dimensão simbólica e muitas vezes, erroneamente sintetizada na dimensão psicológica. É a dimensão que nos permite perguntar: o que é a vida? Ou seja, que nos permite a filosofia, a política, a literatura e as artes. Quando na Controversa de Valladolid, o debate jurídico que acontece entre 1551-1553 questiona se os

povos encontrados aqui são seres humanos, estão colocando em dúvida se estes povos têm espiritualidade, traduzido na pergunta: “eles têm alma?”.

Provavelmente por compreender a força mobilizadora dessa dimensão profunda é que Carl Schmitt<sup>6</sup> teoriza a fundação do Estado Soberano autoritário baseada na distinção existencial entre amigo e inimigo. O fascismo e suas derivações operam criando um inimigo comum contra o qual a massa deseja combater. Sem recorrer à verdadeira espiritualidade reflexiva, as pessoas confiam seus instintos primários de sobrevivência à figura de um líder. Cria-se, assim, uma identidade sintética: o sujeito, isolado e adoecido pelas crises do capital, sente-se acolhido e protegido dentro de um projeto de ódio.

É a partir dessa chave de leitura que podemos interpretar a performance bolsonarista, como quando o ex-presidente afirmou ser 'a própria constituição'. O líder coloca-se acima da lei para encarnar a própria lei, numa dinâmica estruturalmente análoga ao princípio de autoridade do nazismo. Essa lógica de poder está ancorada na absoluta erradicação da profundidade espiritual comunitária. A política é reduzida à dimensão da superficialidade, do pragmatismo violento, do hedonismo e da interdição do pensamento crítico.

Esse processo de esvaziamento ontológico dialoga profundamente com o que Martin Heidegger narra como o perigo da Técnica<sup>7</sup>. A Técnica, aqui, não é o simples uso de máquinas, mas um modo de revelar e enquadrar o mundo que reduz toda a realidade, inclusive a vida humana, a um mero 'fundo de reserva' (Bestand), algo calculável, manipulável e descartável. Ao conduzir a humanidade para essa racionalidade instrumental extrema, o sistema impõe a superação e a aniquilação de nossa própria condição humana e espiritual.

Contudo, a subjetividade humana não suporta o vazio. É sabendo da necessidade intrínseca da espiritualidade que o capitalismo oferece sua própria 'salvação'. Victor Lebow<sup>8</sup>,

<sup>6</sup> Conferir em: SCHMITT, Carl. A crise da democracia parlamentar. Tradução de Inês da Conceição F. Borges. São Paulo: Scritta, 1996. ; SCHMITT, Carl. O conceito do político. Tradução de Geraldo de Carvalho. Belo Horizonte: Del Rey, 1992. E SCHMITT, Carl. Teologia política. Tradução de Elisete Antoniuk. Belo Horizonte: Del Rey, 2006.

<sup>7</sup> HEIDEGGER, Martin. A questão da técnica. In: HEIDEGGER, Martin. Ensaios e conferências. Tradução de Emmanuel Carneiro Leão, Gilvan Fogel e Márcia Sá Cavalcante Schuback. Petrópolis: Vozes, 2002. p. 11-38.

<sup>8</sup> LEBOW, Victor. Price competition in 1955. Journal of Retailing, Nova York, v. 31, n. 1, p. 5-14, 1955.

economista e analista de varejo estadunidense, após a crise econômica e a Segunda Guerra Mundial, escreveu sobre a necessidade de fazer do consumo o nosso modo de vida. Para manter a máquina girando, Lebow afirmou que era preciso converter a compra de bens em rituais, buscando nossa satisfação espiritual e a exaltação do ego no consumo.

O mercado exige que as pessoas sintam uma pseudo-satisfação espiritual no ato de comprar e descartar cada vez mais rápido. O modo de vida precisa ser superficial para ser lucrativo. Assim, não é difícil perceber que a política moderna ocidental, a cultura burguesa e a racionalidade neoliberal partilham da mesma gênese: operam um movimento de secularização que nega a espiritualidade profunda, comunitária e libertadora, substituindo-a pela idolatria do consumo e pela violência do Estado contra o 'inimigo'. A base liberal, centrada sob categorias abstratas como indivíduo, mão invisível do mercado, antropologia do ser humano como a maldade... etc. causam uma esquizofrenia social de os fundamentos do modelo de sociedade exigirem algo de nós, seres humanos, que é contrário à uma de nossas principais características constitutivas. Esta esquizofrenia e caos é fundamental para que haja o principal e único objetivo do capitalismo que é a acumulação de Capital. Mesmo que para isso, seja preciso que a humanidade seja extinta enquanto tal.

### **Um começo do fim?**

A superação desse cenário de esvaziamento e controle exige, antes de tudo, reconhecermos que estamos vivendo uma crise terminal do sistema-mundo moderno/colonial. O esgotamento das promessas do capitalismo e da democracia burguesa representativa não é um acidente de percurso, mas o resultado intrínseco de um modelo civilizatório que se sustenta na exploração ilimitada da vida humana e da natureza. Diante desse colapso, não basta propor pequenas reformas gerenciais ou ajustes de mercado; é preciso desmascarar e romper com a pretensão de universalidade da política eurocêntrica.

O Estado-nação moderno, forjado nessa matriz ocidental, opera por uma lógica de totalização que não tolera a diferença radical. Ele exige a mesmidade. Tudo o que está fora do seu padrão de racionalidade, de produtividade mercantil e de consumo é historicamente

tratado como atraso, barbárie ou ameaça que precisa ser "civilizada" o que, na prática estrutural, significa ser assimilada ou aniquilada.

No entanto, é justamente naquilo que o sistema marginaliza que reside a nossa maior potência de libertação. Trata-se de reconhecer a importância vital da "exterioridade" do sistema. Essa exterioridade não é um lugar vazio, mas um espaço habitado de forma concreta pelos povos indígenas, pelas comunidades quilombolas, ribeirinhas, camponeses e pelas imensas periferias urbanas do nosso continente. Não representam um passado que falhou, nem um bolsão de carência que necessita ser salvo pelos moldes do mercado.

Ao reivindicarmos o direito de assumirmos nossa identidade histórica radicalmente não-ocidental, não-burguesa e não capitalista, iniciamos um profundo processo de desobediência cultural-epistêmica, social e política-econômica. É a recusa frontal em continuar enxergando o mundo e organizando a vida exclusivamente pelas lentes de quem nos colonizou. Essa recusa passa, obrigatoriamente, por pensar a política a partir da nossa própria base material e simbólica.

Foi exatamente esse anseio de libertação e de ruptura com o pacto neocolonial que impulsionou os processos constituintes mais radicais do nosso continente na virada do milênio. Na Venezuela (1999), no Equador (2008) e na Bolívia (2009), a aposta dos movimentos sociais e indígenas não foi apenas a de mudar o governo, mas a de refundar o próprio Estado. Esses processos de constituintes originárias buscaram romper com as heranças oligárquicas, escrevendo novas cartas magnas a partir dos saberes populares e das cosmologias dos povos andinos e caribenhos, tencionando as categorias engessadas da ciência política europeia.

É a partir desse movimento histórico que a proposta do Estado Plurinacional ganhou materialidade. Muito mais do que um mero arranjo jurídico liberal para acomodar "minorias", a plurinacionalidade boliviana e equatoriana exigiu uma fratura estrutural na ideia do Estado monolítico, ancorando-se no horizonte ético do Bem Viver (Sumak Kawsay e Suma Qamaña). Nelas, a terra deixou de ser um mero recurso exploratório (o "fundo de reserva" instrumental) para ser reconhecida como Pachamama, sujeito vivo de direitos, priorizando a reciprocidade e o equilíbrio metabólico fora da gramática da acumulação.

O imenso potencial emancipatório desses processos, no entanto, acendeu o alerta máximo no Norte Global. Os Estados Unidos, operando em conluio histórico com as elites e as branquitudes locais, perceberam rapidamente o perigo estrutural que essa virada representava para a hegemonia do capital internacional e para a sua Doutrina Monroe. A reação do império foi implacável: sanções econômicas, financiamento de oposições violentas, guerras híbridas (lawfare) e golpes de Estado institucionais. O imperialismo interveio e continua intervindo com violência porque sabe que um continente emancipado ontologicamente e integrado economicamente decreta o fim da exploração periférica que sustenta a riqueza do centro do capitalismo.

Ao olharmos para o Brasil dentro desse cenário geopolítico, percebemos que as potencialidades para forjarmos novas perspectivas políticas, a partir de nossa própria realidade, são imensas e ainda pouco exploradas. Não precisamos e não devemos nos restringir às ideologias modernas europeias, sejam elas liberais ou ortodoxamente marxistas (quando lidas de forma eurocêntrica e mecanicista). A nossa verdadeira matriz epistêmica de libertação encontra-se nas favelas, nos quilombos, nos terreiros de matriz africana, na luta incansável pela terra e nas resistências indígenas de Pindorama. Pensar politicamente a partir do Brasil é assumir o mutirão, a roda, a ginga e a solidariedade de vizinhança como tecnologias sociais e ontológicas imensamente superiores ao modelo do indivíduo egoísta do liberalismo.

Essa reinvenção da política pulsa em diversas geografias do Sul Global. Nesta mesma resistência e invenção prática, o levante do Exército Zapatista de Libertação Nacional (EZLN) em Chiapas, no México, materializou uma reconfiguração radical do próprio modo de fazer política. O zapatismo não se organizou para tomar as rédeas do Estado nos mesmos moldes hierárquicos e excludentes; eles propuseram e exercem, na prática cotidiana, uma "Outras políticas".

Essa "Outras políticas" repousa sobre a premissa de que o poder originário, a capacidade e a vontade de viver da comunidade (a potentia), reside sempre no povo. O problema histórico da modernidade surge justamente quando a comunidade aliena esse poder, delegando-o de forma absoluta às instituições estatais (a potestas). Quando as instituições se descolam dessa base e passam a servir a si mesmas ou ao grande Capital, ocorre o fetichismo

do poder: a política adocece e o representante atua como senhor, transformando o exercício do governo em tirania. Para desfeticizar a política, os zapatistas exercem o "mandar obedecendo" um verdadeiro poder obediencial onde a autoridade não é um privilégio exercido sobre a comunidade, mas um serviço ético prestado a ela, gerido junto aos de baixo.

Compreender a profundidade e a exigência ética dessa dimensão comunitária é o que nos permite escapar das atuais armadilhas das identidades fragmentadas. O neoliberalismo atual celebra com entusiasmo a pauta identitária sempre que ela se limita a reivindicar a inclusão de alguns indivíduos no topo de um sistema que, estruturalmente, continua esmagando a base. Querer apenas incluir-se nesse modo de vida destrutivo é entregar-se; é negar a própria humanidade em troca de um lugar simbólico na mesa dos opressores.

Como nos adverte de forma contundente a ética da alteridade de Emmanuel Lévinas, ecoando a famosa máxima de Blaise Pascal: "o meu lugar ao sol é o começo e a imagem da usurpação de toda a terra". Buscar representatividade sem ter a coragem de tocar na estrutura material de classes, na distribuição de terras e na violenta divisão do trabalho é, no fim das contas, desejar a manutenção da engrenagem. A busca individualista e meritocrática por um "lugar ao sol" dentro do capitalismo sempre se faz, inevitavelmente, produzindo a sombra, a miséria e a exclusão do Outro.

Em um continente profundamente marcado pelo cristianismo como a América Latina, ignorar o peso da fé na organização e na subjetividade popular seria um grave erro de leitura política. No entanto, é fundamental compreender que o cristianismo hegemônico que aportou em nossas costas foi aquele já sequestrado pela racionalidade imperial europeia e, posteriormente, pelas alterações ideológicas da branquitude. A mensagem original foi sucessivamente distorcida para justificar a colonização, a escravidão, o patriarcado e o genocídio, transformando uma fé que nasceu na periferia marginalizada do Império Romano em uma religião de Estado, de poder e de dominação opressora.

Por isso é essencial reconhecer e apoiar também esta frente de luta pela matriz religiosa para que atue como verdadeira força de libertação comunitária, e não como instrumento de controle social, faz-se urgente um retorno às suas bases semitas e ao

cristianismo primitivo e bíblico. O Jesus histórico não era um homem branco, europeu e alinhado aos donos do poder; era um trabalhador, colonizado, marginalizado e assassinado politicamente pelo Estado opressor de sua época através da cruz. A espiritualidade cristã originária é, em sua essência, uma práxis comunitária de partilha do pão, de acolhimento incondicional dos vulneráveis e de enfrentamento radical às idolatrias da riqueza e do poder absoluto.

Retomar essa dimensão profética, decolonial e libertadora do cristianismo é uma ferramenta imprescindível para mobilizar e emancipar nosso continente. Ao despir a fé das roupagens burguesas e neoliberais que hoje culminam no individualismo exacerbado da teologia da prosperidade, o sagrado volta a ser o espaço do reconhecimento ético do rosto do Outro. É nesta encruzilhada que a espiritualidade bíblica originária dialoga de forma visceral com o Bem Viver dos povos originários e com o poder obediencial zapatista: todas essas correntes de pensamento e vida recusam a abstração do "indivíduo" moderno e apontam para a sacralidade da comunidade.

Não há mais tempo para remendos na mesmidade. A construção desses outros modos de vida exige o resgate urgente dessa espiritualidade viva, compreendida não como alienação, mas como a dimensão mais profunda do compromisso ético com a vida em todas as suas manifestações. Sabemos que a história é um campo aberto de contradições e que toda política institucional gera suas tensões e exclusões, mas é justamente por isso que devemos assumir esse compromisso de forma inegociável. Ousemos lutar por nossa humanidade para gestar, desde baixo e a partir das nossas próprias raízes, uma vida digna, comunitária e libertadora para todas as pessoas.

## REFERÊNCIAS

ACOSTA, Alberto. O Bem Viver: uma oportunidade para imaginar outros mundos. Tradução de Tadeu Breda. São Paulo: Autonomia Literária, 2016.

BENTO, Maria Aparecida Silva. Pactos narcísicos no racismo: branquitude e poder nas organizações corporativas e públicas. São Paulo: Companhia das Letras, 2022.

BOFF, Leonardo. Jesus Cristo Libertador: ensaio de cristologia crítica para o nosso tempo. Petrópolis: Vozes, 1972.

- DUSSEL, Enrique. 20 teses de política. 1. ed. Buenos Aires: CLACSO; São Paulo: Expressão Popular, 2007.
- DUSSEL, Enrique. Ética da libertação: na idade da globalização e da exclusão. Tradução de Edgar de Brito Chagas. Petrópolis: Vozes, 2000.
- EZLN (Exército Zapatista de Libertação Nacional). A Quarta Declaração da Selva Lacandona. Chiapas, México, 1996.
- FRASER, Nancy. Reconhecimento sem redistribuição? E os limites do multiculturalismo liberal. In: FRASER, Nancy. Justiça interrupta: reflexões críticas sobre a condição "pós-socialista". Tradução de Maria Luiza X. de A. Borges. Rio de Janeiro: FGV, 2022.
- GEBARA, Ivone. Rompendo o silêncio: uma fenomenologia feminista da dor. Petrópolis: Vozes, 2000.
- GONZALEZ, Lélia. Por um feminismo afro-latino-americano: ensaios, intervenções e diálogos. Rio de Janeiro: Zahar, 2020.
- GUTIÉRREZ, Gustavo. Teologia da libertação: perspectivas. São Paulo: Loyola, 2000.
- HEIDEGGER, Martin. A questão da técnica. In: HEIDEGGER, Martin. Ensaios e conferências. Tradução de Emmanuel Carneiro Leão, Gilvan Fogel e Márcia Sá Cavalcante Schuback. Petrópolis: Vozes, 2002. p. 11-38.
- LEBOW, Victor. Price competition in 1955. *Journal of Retailing*, Nova York, v. 31, n. 1, p. 5-14, 1955.
- LEVINAS, Emmanuel. De outro modo que ser ou para lá da essência. Tradução de José Maria Silva Rosa. Lisboa: Centro de Filosofia da Universidade de Lisboa, 2011.
- LUGONES, María. Rumo a um feminismo descolonial. *Revista Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 22, n. 3, p. 935-952, 2014.
- MARCOS, Sylvia. Descolonizando el feminismo: lecciones de las mujeres zapatistas. San Cristóbal de las Casas: Ediciones del Pensamiento Crítico, 2014.
- MBEMBE, Achille. Necropolítica: biopoder, estado de exceção, política da morte. Tradução de Renata Santini. 3. ed. São Paulo: n-1 edições, 2018.
- PASCAL, Blaise. Pensamentos. Tradução de Mário Laranjeira. São Paulo: Martins Fontes, 2001.
- QUIJANO, Aníbal. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. In: LANDER, Edgardo (org.). A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas. Buenos Aires: CLACSO, 2005. p. 117-142.
- RIVERA CUSICANQUI, Silvia. Ch'ixinakax utxiwa: uma reflexão sobre práticas e discursos descolonizadores. São Paulo: n-1 edições, 2010.
- SCHMITT, Carl. O conceito do político. Tradução de Geraldo de Carvalho. Belo Horizonte: Del Rey, 1992.

Hugo Allan Matos<sup>...</sup>

SCHMITT, Carl. Teologia política. Tradução de Elisete Antoniuk. Belo Horizonte: Del Rey, 2006.

SEGATO, Rita Laura. A crítica da colonialidade em oito ensaios: e uma antropologia por demanda. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2021.